

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.262 - SC (2019/0301619-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : ADALBERTO ZORZO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI
ADVOGADOS : MARCIO ARTHUR REZENDE TRINDADE - SC037941
RUTIANE PEREIRA GUIMARÃES - SC037983
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : ELÓI CONTINI - RS035912
TADEU CERBARO - SC025511
DIOGO BERTOLINI - SC030003

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Ação de busca e apreensão.
2. A ausência de similitude fática e o cotejo analítico entre os julgados recorrido e paradigmas impede o conhecimento do recurso.
3. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial
5. Recurso especial conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ADALBERTO ZORZO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 20/02/2019

Processo distribuído ao Gabinete em: 11/11/2018

Ação: de busca e apreensão ajuizada pelo BANCO BRADESCO S/A, em face da recorrente, na qual requer a consolidação da propriedade de veículo adquirido por meio de contrato com cláusula de alienação fiduciária realizado

Superior Tribunal de Justiça

entre as partes.

Sentença: julgou extinta a ação de busca e apreensão, sem resolução do mérito com base no art. 485, IV, do CPC.

Acórdão: deu parcial provimento ao recurso de apelação interposta pelo recorrido, nos termos do aresto assim ementado:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. IMPROCEDÊNCIA. APELO DO CREDOR FIDUCIÁRIO. REVISÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS NORMAS PROTETIVAS DO CONSUMIDOR, NOS TERMOS DA SÚMULA N. 297 DO STJ. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DA VONTADE MITIGADO NA HIPÓTESE.

Em atenção ao art. 6º, inciso V e ao art. 51, ambos previstos no Código de Defesa do Consumidor, é patente a possibilidade de revisão, pelo Poder Judiciário, das cláusulas contidas nos contratos que instrumentalizam as relações de consumo, especialmente com o fim de aniquilar as arbitrariedades comumente inseridas nos contratos de adesão, tal como nos contratos de natureza bancária.

Ademais, a revisão das cláusulas contratuais é permitida também sob à ótica do Código Civil, à luz dos princípios da função social do contrato (art. 421) e da boa-fé objetiva (art. 422), que estatuem que o acordo de vontades (pacta sunt servanda) não pode ser transformado num instrumento de práticas abusivas e deve ser mitigado para possibilitar a revisão das cláusulas e condições contratuais abusivas e iníquas.

JUROS REMUNERATÓRIOS. VERIFICAÇÃO DA ABUSIVIDADE QUE SE PAUTA NA TAXA MÉDIA DE MERCADO, ADMITIDA CERTA VARIAÇÃO. ORIENTAÇÃO DO STJ. PRECEDENTES DESTA CÂMARA. JUROS NÃO ABUSIVOS. APELO PROVIDO NO PONTO.

Na esteira do entendimento delineado pelo STJ - que admite a revisão do percentual dos juros remuneratórios quando aplicável o CDC ao caso e quando exista abusividade no pacto, esta Câmara julgadora tem admitido como parâmetro para aferir a abusividade a flexibilização da taxa de juros remuneratórios até o percentual de 10% (dez por cento) acima da taxa média divulgada pelo Banco Central.

Não extrapolada tal margem, deve incidir na hipótese a taxa de juros prevista no contrato.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ENCARGO ADMITIDO, DESDE QUE EXPRESSAMENTE PACTUADO. ORIENTAÇÃO CONSOLIDADA NO RECURSO ESPECIAL

Superior Tribunal de Justiça

REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA N. 973.827. PREVISÃO NO CONTRATO. LEGALIDADE.

A prática do anatocismo, como também é chamada a capitalização de juros, com periodicidade inferior a um ano, é permitida pelo ordenamento jurídico pátrio, desde que existente pactuação expressa e clara e que a data do contrato seja posterior à edição da Medida Provisória n. 1.963-17/00, em 31 de março de 2000, (reeditada como MP n. 2.170-36/01).

Acerca da exigência de expressa pactuação, o Superior Tribunal de Justiça entende que havendo previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal, permite-se a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

CONSTITUIÇÃO DA MORA. ORIENTAÇÕES CONSO- LIDADAS NO RESP. REPETITIVO N. 1.061.530/RS. PRECEDENTES DESTA CÂMARA. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADES NO PERÍODO DA NORMALIDADE. DEPÓSITO DO VALOR CONTROVERTIDO, ADEMAIS, NÃO REALIZADO.

O afastamento da mora do consumidor-contratante depende da constatação de encargos abusivos no período de normalidade (juros remuneratórios abusivos e capitalização de juros ilegal) - e do adimplemento de pelo menos a parte incontroversa do débito, quando possível aferir o quantum debeatur.

READEQUAÇÃO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA, ANTE A REFORMA DA SENTENÇA.

Reformada a sentença, é imperiosa a readequação dos ônus sucumbenciais.

APELO PROVIDO EM PARTE. CAUSA JULGADA PROCEDENTE (e-STJ fls. 147/148).

Em juízo de retratação, o Tribunal de origem manifestou-se no seguinte sentido:

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. RECURSO ESPECIAL INTER- POSTO PELO DEVEDOR. RETORNO DOS AUTOS AO ÓRGÃO JULGADOR PARA EXERCÍCIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO DO ART. 1.040, INCISO II, DO CPC.

DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. TEMA 28. RESP Nº 1.061.530 -RS. PRESENÇA DE ABUSIVIDADES NO PERÍ- ODO DA NORMALIDADE. NECESSIDADE DE DEPÓSITO DO VALOR INCONTROVERSO, CONFORME ENTENDI- MENTO DESTA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CO- MERCIAL. PRECEDENTES.

Nos termos do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no

Superior Tribunal de Justiça

período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora.

Todavia, esta Terceira Câmara de Direito Comercial entende ser necessário, além do reconhecimento de abusividades contratuais durante a normalidade, a comprovação do depósito do valor incontroverso, tendo em vista que não se pode admitir o descumprimento integral das obrigações contraídas em contratos bancários.

JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO (e-STJ fl. 169).

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram acolhidos (e-STJ fls. 193/203).

Recurso Especial: a recorrente alega divergência jurisprudencial, defendendo que, acerca do reconhecimento da abusividade dos encargos contratuais para fins de afastamento da mora, esta Corte não teria definido nenhum requisito adicional e que, tendo sido admitida a abusividade dos juros cobrados, deve ser afastada a mora.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015

- Da divergência jurisprudencial

O recurso não pode ser conhecido pela alínea "c" do permissivo constitucional, uma vez que entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

No mais, observa-se que a falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

- Da ausência de fundamento impugnado

No mais, ainda que assim não fosse, tem-se que a recorrente não

Superior Tribunal de Justiça

trouxe argumentos consistentes para impugnar o fundamento do acórdão recorrido, segundo o qual, deve ser mantido o deferimento da liminar de busca e apreensão do veículo, em razão de não ter havido o depósito do valor incontroverso nos autos, o que enseja a aplicação da Súmula 283/STF.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 164) para 12%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora